

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

CADERNO DE ENCARGOS 173-DCP-2024

TRANSPORTES ESCOLARES 2024-2025 - CIRCUITOS PARA ATIVIDADES DE NATAÇÃO DAS AEC's

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a - Duração do contrato.....	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	4
<i>Subsecção I - Disposições gerais</i>	<i>4</i>
Cláusula 4. ^a - Obrigações do prestador de serviços	4
Cláusula 5. ^a - Forma de prestação do serviço	5
Cláusula 6. ^a - Contratos de trabalho dos colaboradores afetos ao serviço	5
Cláusula 7. ^a - Fatura Eletrónica.....	5
<i>Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados.....</i>	<i>6</i>
Cláusula 8. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	6
Cláusula 9. ^a - Proteção de dados	6
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCOBÇA	7
Cláusula 10. ^a - Preço contratual	7
Cláusula 11. ^a - Preço base	8
Cláusula 12. ^a - Condições de pagamento.....	8
CAPÍTULO III - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS	8
Cláusula 13. ^a - Garantia de cumprimento contratual	8
Cláusula 14. ^a - Seguros e Inspeções Periódicas das Viaturas.....	8
CAPÍTULO IV – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....	9
Cláusula 15. ^a – Não execução dos circuitos.....	9
Cláusula 16. ^a – Não cumprimento do contrato	9
CAPÍTULO V – GESTÃO DO CONTRATO	9
Cláusula 17. ^a – Supervisão e controlo	10
Cláusula 18. ^a – Funções do gestor do contrato	10
CAPÍTULO VI – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	11
Cláusula 19. ^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante.....	11
Cláusula 20. ^a – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante.....	11
CAPÍTULO VII – MODIFICAÇÃO DO CONTRATO	12
Cláusula 21. ^a – Condições de modificação do contrato	12
CAPÍTULO VIII – RESOLUÇÃO DO CONTRATO	13
Cláusula 22. ^a - Resolução por parte do Município de Alcobça	13
Cláusula 23. ^a - Resolução por parte do fornecedor.....	13
CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	14
Cláusula 24. ^a - Comunicações e notificações	14
Cláusula 25. ^a - Legislação aplicável	14
ANEXO A - CLÁUSULAS ESPECIAIS.....	15
Cláusula 1. ^a - Especificações do serviço	15
Cláusula 2. ^a - Critérios ambientais	16

CE - 173-DCP-2024 - TRANSPORTES ESCOLARES 2024-2025 - CIRCUITOS PARA ATIVIDADES DE NATAÇÃO DAS AEC'S

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos tem por objeto principal a **aquisição de serviços para transportes escolares ano letivo 2024/2025 –Circuitos entre as escolas e as piscinas municipais para a prática de atividades de natação pelos os alunos do 1º Ciclo no âmbito das Atividades Extracurriculares AEC(s)**, conforme indicações técnicas definidas no Anexo A deste Caderno de Encargos.

2 – Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o Município de Alcobça reserva-se à possibilidade de adotar um ajuste direto em função de critérios materiais, ao(s) adjudicatário(s) do presente procedimento, para novos serviços que consistam na repetição de serviços similares, desde que estejam em conformidade (*designadamente o preço base seja calculado e definido com base nos preços contratuais adjudicados*) com este procedimento.

Cláusula 2.^a - Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato

e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º;
- d) Confirmados os compromissos no mesmo prazo dado para entrega dos documentos de habilitação, se for o caso, de haver compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

Cláusula 3.ª – Duração do contrato

O contrato inicia-se após adjudicação e mantém-se em vigor até ao final do ano letivo 2024/2025 (prazo máximo de execução previsto de 150 dias úteis de serviço).

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações do prestador de serviços

- 1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação principal de cumprir com zelo o serviço contratado.
- 2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a - Forma de prestação do serviço

Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal, reuniões de coordenação com o gestor do contrato da parte do Município de Alcobça.

Cláusula 6^a - Contratos de trabalho dos colaboradores afetos ao serviço

- 1 - Os trabalhadores afetos ao serviço com prazo superior a um ano dever prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
- 2 - Quando o serviço tenha duração inferior ou igual a um ano, os trabalhadores afetos ao mesmo podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da execução do serviço.
- 3 - O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
- 4 - O disposto nos n.º(s) 1 e 2 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do serviço.

Cláusula 7^a – Fatura Eletrónica

- 1 — O cocontratante é obrigado a emitir faturas eletrónicas no âmbito da execução deste contrato público, conforme artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (CCP).
- 2 - O Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na sua atual redação define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.
- 3 - A faturação eletrónica é obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2021, estando este prazo alargado até 31 de dezembro de 2024 para as micro, pequenas e médias empresas, nos termos do disposto na Lei 82/2023 de 29 de dezembro.
- 4 - Para assegurar o cumprimento dos prazos referidos no número anterior devem os cocontratantes desenvolver as atividades conducentes à implementação da fatura eletrónica nos contratos públicos, com vista a acelerar os prazos de conferência e pagamento pelos contraentes públicos.

Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados

Cláusula 8.^a - Objeto do dever de sigilo

1 - A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária ou que esta seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 - O dever do sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou da cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.^a – Proteção de dados

1 — O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando *"o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados"*, e *"o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito"*.

2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 – Nos termos da Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de outubro, a publicitação do contrato, é feita no portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

Secção II - Obrigações do Município de Alcobça

Cláusula 10.^a - Preço contratual

1 — Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcobça deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobça, incluindo as despesas de alojamento e alimentação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 — Conforme previsto no artigo 10.º do DL n.º 6/2004, de 06 de janeiro, por extensão do âmbito de aplicação, nos termos do seu artigo 2.º, poderá haver lugar a revisão de preços por garantia de custos com a prestação do serviço do presente procedimento por parte do adjudicatário face a subidas de preço dos combustíveis impostas pelo mercado, apenas aplicável se o concorrente tenha apresentado a base de cálculo para o preço do transporte em sede de apresentação de propostas, indicando a estrutura de custos que inclua pelo menos os seguintes fatores de ponderação: (i) componente serviço (m.o / viatura / circuito /...) ; e (ii) combustível necessário à realização da operação de transporte, com indicação do preço de referência do combustível utilizado e tipo de combustível /circuito).

4 - Caso se verifique situação que ponha em causa a garantia de custos, conforme ponto anterior, esta deve ser feita por notificação do cocontratante acompanhada da devida justificação e comprovativo quando puser em causa a viabilidade do serviço e sempre anterior a esse serviço.

5 — Para efeitos do disposto no n.º anterior, a entidade adjudicante exigirá justificação e comprovativo do aumento dos custos de aquisição de combustível apresentados, na data em que inviabiliza o serviço, em relação ao custo à data da apresentação da proposta (indicação do preço de referência do combustível utilizado e tipo de combustível).

6 — A entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre a eventual modificação contratual no prazo de 5 dias úteis após notificação do adjudicatário da ocorrência, conforme pontos 4 e 5.

7 — Não haverá lugar a revisão de preços em relação às componentes de serviço que integram a estrutura de custo.

8 – Não haverá lugar a revisão de preços caso o concorrente tenha optado por não apresentar a base de cálculo para o preço do transporte em sede de apresentação de propostas.

Cláusula 11.^a – Preço base

O preço base definido para o contrato nos termos do artigo 47.º do CCP é de €67.500,00+IVA.

Cláusula 12.^a - Condições de pagamento

1 — As quantias devidas pelo Município de Alcobça nos termos da cláusula anterior devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobça das respetivas faturas, as quais devem ser emitidas após execução dos serviços solicitados e devem fazer sempre referência ao n.º de compromisso, processo e requisição externa.

2 — Para o efeito do número anterior, considera-se vencida a obrigação com a realização do serviço objeto do contrato.

3 — Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobça, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III - Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 13.^a - Garantia de cumprimento contratual

1 — Não é exigida a prestação de caução.

2 — O Município pode proceder à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 14.^a – Seguros e Inspeções Periódicas das Viaturas

1 — É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro da atividade que exerce, assim como ter em dia a inspeção das viaturas que utiliza na

prestação do serviço.

2 — O Município de Alcobaça pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro e comprovativos do último pagamento, assim como das inspeções referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 1 dia útil.

Capítulo IV – Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 15.^a – Não execução dos circuitos

1 — O adjudicatário só poderá não realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior comunicados ao Município de Alcobaça.com 30 dias de antecedência da data prevista do seu termo.

2 — Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações das componentes que integram os custos dos transportes.

Cláusula 16.^a – Não cumprimento do contrato

1 — O adjudicatário não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos.

2 — Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao adjudicatário, este fica obrigado a indemnizar o Município de Alcobaça em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado.

3 — Nos casos em que, por motivos imputáveis ao adjudicatário, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou a 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês letivo a 22 dias.

4 — As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pela entidade adjudicante ao adjudicatário.

Capítulo V – Gestão do contrato

Cláusula 17.^a – Supervisão e controlo

- 1 — O contraente público designa como gestor do contrato, nos termos do artigo 290.º -A, Maria Manuela Monteiro das Neves e nas suas ausências e impedimentos Inês André Calado, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.
- 2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne aos serviços a prestar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerente ao objeto do contrato.
- 3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.
- 4 — O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.
- 5 — Caso se verifiquem situações anómalas e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Cláusula 18.^a – Funções do gestor do contrato

- 1 - O gestor do contrato deve:
 - a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato assegurando a verificação da execução em conformidade com o contratualizado tendo em consideração as cláusulas fixadas no contrato, conjugadas com o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário e demais condições legais no âmbito do objeto do contrato;
 - b) Acompanhar a execução do contrato com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
 - c) Participar ao órgão competente, bem como, quando a lei o preveja, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado, assim como o cumprimento do prazo previsto; e
 - d) Desempenhar as demais funções e poderes delegados de notificação ao adjudicatário no âmbito da execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato, as quais terão de ser aprovadas pelo órgão competente para autorizar a despesa.

2 - Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções definidas no ponto anterior, o gestor deve:

- a) Recorrer a técnicos em número e qualificações suficientes de forma a que a gestão do contrato abranja todas as áreas contratualizadas; e
- b) Elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

Capítulo VI – Cessão da posição contratual

Cláusula 19.^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante

1 - A subcontratação pelo prestador de serviço / fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que foram exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato.

Cláusula 20.^a – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1 - Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré -contratual na sequência do qual foi celebrado o presente contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial no referido procedimento.

2 - Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré -

contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

3 — A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré -contratual original.

4 — A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

5 — Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem -se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6 — As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.

7 — Quando há lugar a caução e a garantias prestadas pelo cocontratante inicial, estas são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.

8 — A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite -se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Capítulo VII – Modificação do contrato

Cláusula 21.ª – Condições de modificação do contrato

1 - Nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do CCP e por razões devidamente identificadas e justificadas, o contrato pode vir a ter circuitos a mais e/ou a menos, nos termos previstos no regime substantivo dos contratos administrativos do CCP, designadamente por via de situações supervenientes e / ou imprevistas relativamente à data de abertura do presente procedimento.

2 — No caso de no início ou ao longo do ano letivo, se verificar que a realização de determinado circuito não é necessária, por motivo superveniente à abertura deste procedimento, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para a não realização desse circuito.

3 — Também poderá haver lugar à rescisão de um circuito se no decorrer do ano letivo deixar de se justificar ou o número de alunos se tenha alterado e o modo de transporte careça de características diversas da contratualizada.

Capítulo VIII – Resolução do contrato

Cláusula 22.^a - Resolução por parte do Município de Alcobaça

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alcobaça pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a cinco dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
- b) Fornecimento de bens com características técnicas diferentes.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alcobaça.

Cláusula 23.^a - Resolução por parte do fornecedor

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcobaça, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao

abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IX - Disposições finais

Cláusula 24.ª - Comunicações e notificações

- 1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 25.ª - Legislação aplicável

- 1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e demais, legislação aplicável.
- 2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
- 3 - As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

ANEXO A - Cláusulas Especiais

Cláusula 1.^a – Especificações do serviço

1 – Serviço de transporte entre as escolas e as piscinas municipais para a prática de atividades de natação pelos alunos do 1º ciclo no âmbito das AEC(s) e monitores das respetivas escolas em viaturas de 50 lugares.

2 - Os veículos deverão estar preparados para transportar alunos com idades compreendidas entre os 6 e 10 anos.

3 - O transporte deverá ser efetuado de acordo com as normas legais em vigor.

4 – Os transportes devem ser executados de forma a cumprir com rigor os horários estabelecidos das atividades que serão fornecidos no início da adjudicação do procedimento.

Circuitos	Escolas primárias	Piscinas
2º Feira		
CIRCUITO 1 - ida e volta	EB1 da Ribafria	Piscinas Benedita
CIRCUITO 2 - ida e volta	EB1 do Vimeiro	Piscinas Benedita
CIRCUITO 3 - ida e volta	EB1 de Aljubarrota	Piscinas de Alcobça
CIRCUITO 4 - ida e volta	EB1 da Ataíja de Cima	Piscinas de Alcobça
CIRCUITO 5 - ida e volta	EB1 da Martingança/EB1 da Burinhosa	Piscinas de Pataias
3º Feira		
CIRCUITO 6 - ida e volta	EB1 da Benedita	Piscinas Benedita
CIRCUITO 7 - ida e volta	EB1 da Benedita	Piscinas Benedita
CIRCUITO 8 - ida e volta	EB1 de Alfeizerão	Piscinas de Pataias
CIRCUITO 9 - ida e volta	EB1 do Carvalhal	Piscinas de Alcobça
CIRCUITO 10 - ida e volta	EB1 de Alfeizerão / EB1 de São Martinho do Porto	Piscinas de Alcobça
4º Feira		
CIRCUITO 11 - ida e volta	EB1 da Benedita	Piscinas Benedita
CIRCUITO 12 - ida e volta	EB1 de Turquel	Piscinas Benedita
CIRCUITO 13 - ida e volta	EB1 de Alfeizerão	Piscinas de Pataias
CIRCUITO 14 - ida e volta	EB1 de Carris	Piscinas de Alcobça
CIRCUITO 15 - ida e volta	EB1 de Alpedriz / EB1 da Póvoa	Piscinas de Pataias
5º Feira		
CIRCUITO 16 - ida e volta	EB1 da Benedita	Piscinas Benedita
CIRCUITO 17 - ida e volta	EB1 da Benedita	Piscinas Benedita
CIRCUITO 18 - ida e volta	EB1 de São Martinho do Porto	Piscinas de Pataias
CIRCUITO 19 - ida e volta	EB1 da Cela	Piscinas de Alcobça
CIRCUITO 20 - ida e volta	EB1 da Maiorga	Piscinas de Alcobça
6º Feira		
CIRCUITO 21 - ida e volta	EB1 da Benedita	Piscinas Benedita
CIRCUITO 22 - ida e volta	EB1 de Turquel	Piscinas Benedita
CIRCUITO 23 - ida e volta	EB1 de Pataias	Piscinas de Pataias
CIRCUITO 24 - ida e volta	EB1 da Vestiaria	Piscinas de Alcobça
CIRCUITO 25 - ida e volta	EB1 do Bárrio	Piscinas de Alcobça

Cláusula 2.^a – Critérios ambientais

Os serviços prestados no âmbito do presente procedimento, devem cumprir com as normas ambientais exigidas, quando aplicável.